



Junho



7ª Semana Arrozeira de Alegrete – O presidente Henrique Osório Dornelles participou como mediador do evento arrozeiro no painel: “O Arroz: Visão Econômica, Social e Política no Brasil e no Mundo”. O palestrante convidado foi o ex-ministro Roberto Rodrigues que com muita serenidade explanou sobre sua larga experiência e trabalho atuante junto ao agro brasileiro e ainda apresentou a projeção de produção de alimentos até 2020. O presidente do IRGA, Cláudio Fernando Brayer Pereira, também participou do painel como debatedor.

Em uma reunião paralela em Alegrete, na mesma data, o ex-ministro que é coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, presidente da Academia Nacional da Agricultura e, recentemente, assumiu a presidência do conselho deliberativo da UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), solicitou a entidade do setor arrozeiro no Rio Grande do Sul que tecesse seus comentários, sugestões e contribuisse com informações sobre o setor para o plano de ações do setor Agro, que será enviado aos presidentes. O evento aconteceu no dia 02 de junho, no CTG Farroupilha, em Alegrete.



Verifique na íntegra as cartas

Carta Roberto Rodrigues

Ao Dr Henrique Dornelles
Presidente da FEDERARROZ

Senhor Presidente,

Conforme previamente anunciado, encaminho o primeiro borrador da Proposta de Plano de Ação aos Presidentes.

Preparado por um grupo de técnicos com experiência na área acadêmica e governamental, o texto define linhas genéricas de ações, todas baseadas em 5 princípios: sustentabilidade, competitividade, orientação aos mercados, segurança jurídica e governança institucional.

A ideia é que, a partir deste rascunho, cada entidade representativa do setor rural e das cadeias produtivas incorpore pontos de seu interesse legítimo. Só assim será possível preparar um programa que atenda a todas as demandas do campo e do agronegócio brasileiro. A experiência mostra que se cada instituição colocar separadamente suas demandas, haverá pouca chance de atendimento.

Uma estratégia ampla é hoje solicitada pelos 3 principais candidatos à Presidência da República, e eles têm procurado as entidades em busca disso.

Tomo a liberdade de solicitar os comentários, propostas, cortes e adendos de sua organização até o próximo dia 30 de junho. Recebidas suas sugestões, o grupo técnico voltará a se

reunir para arquitetar o consenso em torno da Proposta.

A mesma será debatida também com a Frente Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional, tendo em vista harmonizá-la com as intenções dos nossos defensores no Parlamento.

Obtido o consenso em um segundo documento, o mesmo será então discutido com os principais responsáveis pelo planejamento estratégico dos 3 candidatos.

O resultado deste diálogo será apresentado no Congresso da ABAG, em agosto, com a informação de quais serão os compromissos que cada um dos candidatos assumirá em relação à Proposta.

Estamos assim, tentando uma ação inédita: todos os setores representativos do campo articulados em torno de uma única Proposta, sem veleidades pessoais ou institucionais.

Reitero que o presente documento é apenas um primeiro rascunho, e pode ser completamente alterado de acordo com as aspirações das nossas organizações e representações.

Agradeço seus comentários.

Atenciosamente,

Roberto Rodrigues

Coordenador do GVagro

Resposta da FEDERARROZ

Prezado Roberto Rodrigues,

Mais uma vez agradeço a oportunidade de estarmos contribuindo para o desenvolvimento da agricultura em nosso país. Abaixo, descrevo algumas sugestões e observações que consideramos importantes para o estado do Rio Grande do Sul, especificamente o arroz.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nestes últimos 10 anos, consolidaram-se como importantes e imprescindíveis estados produtores de arroz no Brasil. Os dois representam pouco mais de 70% da produção nacional. Enquanto a produtividade no resto do país está abaixo dos 4000 Kg/ha, aqui são mais de 7000 e já chegamos a quase 8000 kg/ha. Nosso sistema de produção é diferenciado, assim como clima e solo. Nossa produtividade é uma das maiores do mundo e ainda há espaço para evoluirmos, mesmo sem transgenia. Entretanto, nossa competitividade está permanentemente sendo questionada. Nossa carga tributária é maior que nossos concorrentes do Mercosul e a logística extremamente desfavorável, pela simples posição geográfica e falta de modal de transporte mais eficiente.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

1- Criação de Secretaria de Inteligência, Estratégia e Custos: tendo consciência que possuímos uma carga tributária nociva à competitividade e dependência de importação de químicos e fertilizantes, criar uma secretaria para melhor entender o movimento dessas rubricas assim como prever movimentos prejudiciais à renda no campo. Também, essa pasta estaria coletando dados de todas as outras do MAPA e fora dele para uma leitura dinâmica e sintomática do setor;

2- PGPM arroz: para todos os estados o arroz é tratado como um produto de importante representatividade na arrecadação de ICMS, sendo a guerra fiscal bastante acirrada. Quando o governo federal intervém de forma a garantir o desembolso do produtor, muitas vezes esta ação é ofuscada pelo referido problema, comprometendo a atitude ou ação. Também, mesmo o manual do programa não considerar o arrendamento como despesa variável, o arroz é uma cultura que possui mais de 50% da exploração da terra sob esta forma, e desconsiderá-lo diminui as chances do governo estar cumprindo o seu papel;

3- Estoques estratégicos arroz: quantificar máximo e mínimo. Desde a década de 90 os estoques públicos de arroz possuem consequências contraditórias. Devido a histórica oscilação da competitividade do arroz do RS e SC pelos motivos já expostos, esta estratégia em vários momentos acaba acarretando no aumento de arroz disponível ao mercado, justamente nestes maiores produtores, ou seja, onde há maior oferta contribuindo para a depressão de preços. Do contrário, nos estados onde normalmente “falta” o produto, esse está distante;

COMPETITIVIDADE:

1- Vias não pavimentadas: recursos destinados diretamente aos municípios para adequação e manutenção das vias não pavimentadas. O interior do Rio Grande do Sul, tem 150 municípios responsáveis pela produção de 80% dos grãos de soja, milho e arroz do Estado. Esta produção, até chegar as estradas estaduais e federais, percorre em média 40 km, em estradas municipais, construídas sobre antigo leito de corredores de tropa, que foram sendo melhorados paulatinamente com escassos recursos dos municípios. As pontes e bueiros, em sua imensa maioria, foram construídos para uma capacidade de carga não superior a 25 T. Outrossim, a manutenção dessas estradas sem pavimentação não tem acontecido de forma satisfatória e com isso os custos de transportes são crescentes e cada vez mais restritos;

2- Terminal portuário arrozeiro: concessão de terminal específico de arroz no Porto de Rio Grande (Terminal da CESA), opções graneleiro e sacaria, tanto para a exportação quanto mercado interno. Ocorre que em muitos mercados, especialmente sul da África e Médio Oriente , esses com maior valor agregado, somente aceitam produto ensacado por se tratar de alimento humano “in natura”. A contêinerização poderia ser uma alternativa não fossem as características dos portos de destino;

3- Tributação nos serviços de transporte por contêiner: isenção da tributação para os serviços de transporte por contêiner. Hoje o arroz é um dos principais produtos movimentados pelo TECOM de Rio Grande. Entretanto, somente grandes empresas possuem acesso devido a escala e relações comerciais que possibilitam maiores descontos. O arroz gaúcho é consumido em todo o Brasil e a grande maioria deste produto tem chegado aos destinos mais distantes por rodovias, percorrendo distâncias superiores a 2000 km;

4- Ferrovia Norte Sul: o trajeto da linha ferroviária passando pela cidade de Santa Maria para privilegiar tanto a produção de soja quanto arroz e milho. O destino é Rio Grande. O projeto deverá garantir a permanência de alguns dos ramais existentes como

o caso de Uruguiana que liga a Fronteira Oeste ao porto. Criação de terminais de transbordo em pontos estratégicos, inclusive na região da Campanha;

- 5- Hidrovia do complexo de lagoas do leste e sul do RS:** reconstituir, modernizar e otimizar as rotas já existentes;
- 6- Hidrovia do Jacuí:** reconstituir;
- 7- Hidrovia do Rio Uruguai:** constituir hidrovia internacional dando acesso aos portos internacionais Uruguaios e Argentinos;
- 8- BR153 – SP a Buenos Aires via São Borja:** melhorar trafegabilidade;
- 9- BR472 – Uruguiana a Itaqui:** manutenção da rodovia e construção de ponte de duas vias sobre o Rio Ibicuí;
- 10- Instituições Público Privada de P&D:** estimular formações de unidades de pesquisa regionais de administração compartilhada com domínio privado a exemplo da Austrália e Nova Zelândia;
- 11- Participação no CONFAZ:** buscar interferência sempre quando a guerra fiscal estiver provocando grandes distorções na competitividade de alimentos básicos da população brasileira, principalmente quando a importação estiver sendo beneficiada;
- 12- Competitividade de produto acabado:** benefício ao produto acabado. Buscar a desoneração do produto arroz beneficiado que tem perdido competitividade. Atualmente o arroz em casca vem crescendo sua participação nas exportações brasileiras;
- 13- Energia elétrica para agricultura irrigada:** interferir junto ao MME e ANEEL com objetivo garantir distribuição de energia em quantidade e qualidade. Questionar as multas, taxas e exigências que tem onerado o consumidor da classe rural, especialmente irrigantes.

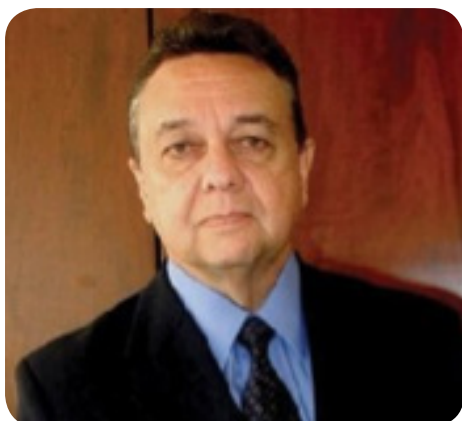
Atenciosamente,
Henrique Osório Dornelles
Presidente da Federarroz

... no final do mês de maio

O presidente da Federarroz e o Vice Presidente de Mercado, Política Agrícola e Armazenagem: Daire Paiva Coutinho Neto, participaram da Rice Market & Technology Convention, em San Jose/Costa Rica



DIÁRIO DE BORDO - PLANO DE GOVERNO -



O GRUPO Técnico que vem trabalhando no esboço de um plano de governo que será submetido a todas as entidades de classe do agronegócio brasileiro estabeleceu cinco princípios fundamentais que orientarão a proposta. São eles: sustentabilidade, orientação ao mercado, segurança jurídica, competitividade e governança institucional.

No primeiro deles – sustentabilidade –, estarão contempladas medidas que observem os três fundamentos universalmente reconhecidos para a questão: o econômico, o social e o ambiental.

No econômico, as propostas indicarão mecanismos de renda para os produtores, especialmente para os pequenos, como o seguro rural, que garantam renda para todos, não apenas quando vitimados por catástrofes climáticas, mas também pelas eventuais perdas ligadas à volatilidade do mercado.

A sustentabilidade social aponta para duas questões importantes: a organização dos pequenos produtores em cooperativas e associações que lhes permitam agregar valor e acessar mercados; e a qualificação de trabalhadores rurais, especialmente tendo em vista a crescente mecanização do campo. Também são demandados incentivos para boas práticas na produção, de modo a preservar os recursos naturais; rápida implementação do CAR; e monitoramento por satélite para orientar a recuperação do solo.

No segundo princípio – orientação ao mercado –, é preciso ampliar nossas exportações, até mesmo dado o nosso compromisso com a segurança alimentar mundial. Essa oportunidade é obstaculizada por protecionismo dos países ricos, com mecanismos que inibem o acesso de nossos produtos a novos mercados.

Além de investir na continuação da Rodada de Doha da OMC, o Brasil deve buscar acordos bilaterais com grandes países consumidores ou blocos. E, se não for possível ir junto ao Mercosul, devemos ir sozinhos.

Temos que batalhar pela agregação de valor, com acordos que permitam a verticalização das cadeias produtivas aqui.

O terceiro princípio – segurança jurídica – baseia-se na Constituição brasileira, que optou por uma economia de mercado para o desenvolvimento, com forte participação da iniciativa privada no setor produtivo. No campo, essa visão incorpora o respeito ao direito de propriedade, desde que a terra cumpra sua função social. Temos que modernizar marcos legais específicos, como a legislação trabalhista, o Código Florestal, o Estatuto da Terra, a Lei de Crédito Rural, a Lei Agrícola e outras, para estimular investimentos no campo.

O quarto princípio – competitividade – complementa o da orientação ao mercado, mas se fixa em questões recorrentes, como a crônica deficiência de infraestrutura e logística para escoamento da produção. Serão apontadas quais as obras fundamentais para o setor.

Entram mais itens complexos, como a tributação, que, além de ser elevada, embute a cumulatividade, a bitributação, as diferenças de ICMS nos estados, e assim por diante.

Tecnologias novas serão fundamentais, inclusive quanto à polêmica em torno das mudanças climáticas.

Defesa sanitária é um calcanhar de aquiles do nosso agro. Barrar a entrada de pragas e doenças no País e eliminar as já existentes, como a aftosa, é preliminar para garantir competitividade.

Por fim, o quinto princípio – governança institucional – parte da constatação de que, diferentemente do que ocorre no mundo desenvolvido, o Brasil tem quatro ministérios que lidam diretamente com o agro: MAPA, MDA, MME e MMA, sem falar em outros que interferem indiretamente, como o dos Transportes, o Itamaraty, o MDIC, e mais uma centena de agências e instituições, como Incra, Ibama, Anvisa, Funai etc.

Melhorar a governança passa pela redução dessa parafernália, mas, principalmente, pela decisão do novo presidente de que a estratégia para o agro será dele, do governo como um todo e do Estado, enfim.

Isso implica ampla participação do setor privado, por meio de suas entidades representativas, na nova governança.

Desses princípios todos derivam dezenas de propostas que serão aqui discutidas.

Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Fonte: AGROANALYSIS/JUNHO 2014



Fique Ligado!!

- Dia **05 de AGOSTO**, Assembleia Geral Ordinária da FEDERARROZ, em Porto Alegre.

- **“Arroz Protegido”** parceria entre a Federarroz e a TOVESE, será lançado na 11ª Abertura do Plantio do Arroz

- Leia na revista **AGROANALYSIS** / mês Junho / Coluna: Diário de Bordo, colunista Roberto Rodrigues: “Plano de Governo”

Federarroz

Rua: Bento Gonçalves, 247 - Cidade Alta - Alegrete, RS - CEP: 97542-130 - Fone: (55) 3422-9482

www.federarroz.com.br - comunicacao@federarroz.com.br